



Reunião Ordinária do CONATRAE

Ata da ordem do dia 29 de abril de 2014

Brasília - DF

SECRETARIA DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Ata da Reunião Ordinária do CONATRAE

Data: 29/04/2014

1 Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quatorze teve início a Reunião Ordinária do
2 CONATRAE, sob a Coordenação do Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra – Secretaria de Direitos
3 Humanos da Presidência da República. Estiveram presentes os seguintes participantes: Sra. Ideli
4 Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) e
5 Presidente da CONATRAE; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da Associação
6 Nacional dos Procuradores do Trabalho; Leonardo Sakamoto – Repórter Brasil; Carlos Eduardo
7 Chaves Silva – CONTAG; Elias D’Ângelo – CONTAG; Frederico Toledo Mello – Confederação
8 da Agricultura e Pecuária do Brasil; Larissa Leston – CNI; Reinaldo Damascena – CNI; Rodrigo
9 Garcia Schwarz – Associação dos Magistrados Brasileiros; Raissa – Conselho Federal da OAB;
10 Tatiane – Polícia Federal; Rojanir – *Catholic Relief Service*; Mário Guerreiro – Advocacia-Geral da
11 União; Osvaldo José Barbosa Silva – Ministério Público Federal; Patrícia – Procuradoria Federal
12 dos Direitos do Cidadão; Pedro – Ministério da Fazenda; Antônio Carlos – OIT no Brasil; Raul –
13 Secretaria de Inspeção do Trabalho; Valdinei de Arruda – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais
14 do Trabalho; Luís Machado – Coordenador do Programa de Combate ao Trabalho Forçado/OIT
15 Brasil; Ricardo Rezende Figueiras; Fabíola Oliveira – Secretaria de Inspeção do Trabalho; Vantuil
16 Pereira – UFRJ; Juliana – COETRAE/SP; Patrícia Maranhão Costa; Biel Rocha – Secretaria de
17 Direitos Humanos; Tatiana Oliveira – CONATRAE; João Guilherme – Departamento de
18 Estrangeiros do Ministério da Justiça; Elizabeth Fátima Flores - Comissão da Pastoral da Terra;
19 Roseni; Jonas. **ABERTURA:** O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra (Secretaria de Direitos
20 Humanos da Presidência da República) inicia a reunião cumprimentando a todos e informa que a
21 Ministra Maria do Rosário teve que deixar o cargo para concorrer às eleições gerais de 2014.
22 Arrazoa que a nova Ministra Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da
23 República e nova Presidenta da CONATRAE é Ministra Ideli Salvatti, que fez questão de estar
24 presente na reunião para a sua apresentação, apesar das dificuldades. Discorre que possuem um
25 ponto de pauta relativamente curto com alguns informes sobre alguns temas muito importantes que
26 aconteceram nos últimos dias como o informe sobre a situação dos haitianos, a apresentação do
27 processo de cooperação internacional Sul-Sul que está sendo coordenando pela OIT e o informe
28 sobre a operação de trabalhadores embarcados em navios de cruzeiros. Dá as boas vindas para a

29 Ministra e explana que estão a Comissão está à disposição. A Ministra Ideli Salvatti (Presidenta da
30 CONATRAE) cumprimenta a todos e pondera que é uma grande satisfação poder estar participando
31 dessa reunião do CONATRAE. Solicita inclusive a compreensão de todos, para poder inverter a
32 pauta colocando a questão dos haitianos no segundo item de apresentação e elucida que nos últimos
33 dias o tema tomou uma conotação inclusive política de grandes proporções. Informa que possui
34 junto ao Ministro José Eduardo Cardoso requerimentos de convocação para ir ao Congresso
35 Nacional prestar esclarecimentos sobre as providências que estão sendo adotadas e articula que
36 gostaria que todos se apresentassem. Após as apresentações, o Sr. José Armando Fraga Diniz
37 Guerra segue para o informe da situação dos imigrantes haitianos, devido o pedido da Ministra. O
38 Sr. Leonardo Sakamoto (Repórter Brasil) informa que no final da tarde haverá uma reunião entre o
39 Sr. Rogério Sotilli, Secretário de Direitos Humanos e Cidadania do município de São Paulo, e a Sra.
40 Heloisa Arruda, Secretária de Justiça do Estado de São Paulo, junto com os seus assessores das
41 áreas de migração, justiça e trabalho escravo, para discutir e combinar as ações conjuntas sobre o
42 que governo do Estado de São Paulo vem atuando. Lembra que o problema da emigração dos
43 haitianos para São Paulo ou para o Acre é uma situação que vem ocorrendo a tempos e compreende
44 que faltou um processo de cadastramento e intermediação de mão de obra de forma mais
45 aprofundada feito na entrada desses trabalhadores, a partir do momento que conseguem o visto
46 provisório para inclusive evitar uma situação de vulnerabilidade que pode levar a exploração.
47 Lembra também que o Ministério do Trabalho quanto os outros órgãos competentes também vêm
48 trabalhando para reforçar a intermediação e reforçar as estruturas oficiais de intermediação de mão
49 de obra, porque os frigoríficos e canteiros de obras têm procurado esses trabalhadores por não
50 serem sindicalizados e por não fazem parte de redes de proteção social. A Sra. Juliana
51 (COETRAE/SP) cumprimenta a todos e deixa claro, a pedido da Secretária de Estado da Justiça,
52 que todas as ações que a COETRAE/SP está buscando fazer são ações integradas. Articula que a
53 igreja Missão da Paz é uma grande parceira que abriga alguns haitianos e que, o Ministério do
54 Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho estão unidos monitorando a situação dessas
55 pessoas que estão abrigadas. Postula que a Secretaria da Justiça está tentando articular as ações para
56 ajudar aquelas pessoas que tanto estavam na rua como estava abrigada na Missão Paz e que, o
57 Estado de São Paulo está realizando as seguintes ações: fornecimento de alimentação gratuita pelo
58 Bom Prato; mobilização do Fundo de Ação Social com doação de cobertores; mobilização de um
59 caminhão que oferece cursos rápidos de cabeleireiro, manicure e panificação. Explana que a igreja

60 Missão Paz que além de abrigar, também faz um contato de cadastramento e intermediação para
61 mão de obra e comunica que São Paulo há um ano e meio está desenvolvendo o CIC do Imigrante
62 para atender a questão migratória em relação a cursos de português, qualificação profissional,
63 orientação de cidadania e programas de inclusão digital. A Sra. Juliana arrazoza que a Assistência
64 Social está tentando conseguir o valor de R\$ 1,5 milhão para alugar um prédio de três andares
65 durante um ano para abrigar 50 pessoas dos atendimentos de imigrantes. Ressalta que a solução
66 pensada pela Secretária em São Paulo foi tentar unir pessoas e relata que elaboraram uma reunião,
67 em que esteve presente o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho,
68 Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da
69 União e a polícia do Estado de São Paulo que levou a questão da proteção para as pessoas. Discorre
70 que a preocupação com a segurança pública também foi muito importante, o que resultou em um
71 documento que será analisado pela COETRAE/SP na sexta-feira em sua reunião ordinária, que é
72 um Plano intergovernamental que propõe ações que praticamente já foram iniciadas como: presença
73 da polícia federal para fiscalização de regularidade migratória, demandas com relação às ações
74 sociais, alimentação. Notifica que realizarão uma reunião hoje na Secretaria da Justiça às 18h30.
75 Um participante questiona se conseguiram monitorar a transferência e o transporte dos haitianos
76 para Santa Catarina, especialmente para Lajes, para verificar se está ocorrendo é realmente um
77 transporte com empregos efetivos ou está ocorrendo eventual tráfico para fins de trabalho escravo.
78 A Sra. Juliana esclarece que às vezes a Secretaria de Justiça repassa várias informações para o
79 Ministério do Trabalho e Emprego, mas não possuem retorno e que, pelos contatos que estão
80 fazendo por telefone com alguns dos haitianos que estão em Santa Catarina, situação é muito
81 provável que seja de tráfico de pessoas para fins de exploração. O Sr. José Armando Fraga Diniz
82 Guerra antes de abrir a palavra para comentários segue para o informe do Sr. João Guilherme. O Sr.
83 João Guilherme (Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça) postula que a
84 diversificação dos cenários de fixação dos haitianos alterou nas últimas semanas e informa que
85 possuem um conjunto de ações que já estavam sendo desenvolvidas, ações que na verdade são
86 adaptações dos serviços mais amplos oferecidos pelo governo federal em estratégia de
87 cofinanciamento com os entes federativos. Arrazoza que há menos de 10 dias houve uma publicação
88 de uma resolução do Conselho Nacional de Assistência Social que permitirá a expansão da estrutura
89 e da capacidade do abrigamento e que, estavam adquirindo algumas capacidades a partir do diálogo
90 bilateral com o Acre, desenhando uma matriz de responsabilidades envolvendo o governo federal e

91 poderes locais para dar conta dos serviços e das políticas universais para atender esse fluxo.
92 Discorre que ao longo dos últimos dias estavam recebendo as informações dos poderes locais,
93 especialmente de São Paulo, também de alguns municípios na região Sul do país para avaliar os
94 obstáculos que são encontrados naturais do diálogo federativo e que, a ideia é estejam à disposição
95 do governo federal, da Presidência, da Casa Civil e dos demais Ministérios que já estão envolvidos
96 a cerca de três anos com a matéria. O Sr. João Guilherme informa que uma das abordagens que
97 conseguiram superar foi um pouco da fragmentação institucional, estando com o Acre com uma
98 automação dos repasses e uma facilitação dos repasses para cofinanciamento das práticas de
99 abrigo através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pondera que um
100 processo de modulação da documentação para a adaptação dos processos e dos ciclos de
101 documentação prestados pelos diversos órgãos, Ministério da Justiça através da Polícia Federal,
102 Ministério da Fazenda através da Secretaria de Receita Federal, e Ministério do Trabalho e
103 Emprego foi através da emissão de carteira de trabalho, sendo que a ideia é que todos os serviços
104 juntos com alguns outros tipos de prestação mais especializados possam estar previstos nos
105 mecanismos de pactuação para serem implementados rapidamente. Articula que a concentração
106 inicial desse fluxo de imigrantes perto da região de fronteira, superava alguns dilemas, mas com a
107 sua distribuição pelo território acabará inserindo na discussão como acompanhar o tipo de
108 movimentação e como acompanhar estratégias que eventualmente sejam feitas pelos poderes locais
109 para apoiar o seu deslocamento. Postula que evitaram o que já não era recomendado pelas
110 especificações da Política Nacional de Abrigo tocada pelo MDS e que, era desejo do MDS
111 usar a estratégia de cofinanciamento que está na Resolução 11 do CNAS, que será publicada em 17
112 de abril. O Sr. João Guilherme entende que é efetivamente interessante que aproveitem os Fóruns
113 que reúnem os entes governamentais e diversos níveis federativos para que possam trocar
114 informações para diminuir o grau de especulação em cima das ações do Estado nos diversos níveis
115 federativos sobre o tema. Notifica que através do Ministério da Saúde com a reposição e
116 monitoramento dos estoques de medicamentos, através de cofinanciamento de complementação da
117 equipe médica, pelo PAB, pelo Programa de Atenção Básica à Saúde impactou muito na
118 organicidade da ação estatal, mas precisa se adaptar aos quadros que estão surgindo. Postula que o
119 profundo apoio e engajamento dos poderes locais, tanto o municipal quanto o estadual, utilizando as
120 redes podem ter acesso a informações discrepantes ou acuradas que sejam objeto de preocupação
121 específica, para lapidar um pouco as informações. A Sra. Juliana complementa que existe uma

122 resolução do Ministério do Trabalho e Emprego que aborda que exclusivamente o mesmo pode
123 fornecer a carteira de trabalho para estrangeiros residentes no Brasil. Arrazoa que a interpretação do
124 Artigo 5º Caput da Constituição Federal do Ministério Público do Trabalho entende que é uma
125 questão de não isonomia, na medida em que residentes no Brasil, estrangeiros e brasileiros são
126 iguais em direitos. Então solicita a colaboração do Ministério Público do Trabalho para tentar
127 mudar essa resolução para existir a possibilidade de convênios com estados e municípios para
128 emissão de carteira de trabalho e antecipa que Secretaria de Gestão do Estado de São Paulo com
129 muita facilidade teria a possibilidade de incluir esses serviços nos atuais serviços de Poupa Tempo
130 que já existem no estado de São Paulo. Um participante explana que possuem um regime migratório
131 estritamente laboral condicionado à emissão de visto à autorização breve do Ministério do Trabalho,
132 mas no caso os haitianos, eles estão sobre dois outros regimes, que são o do visto monetário e de
133 uma permanência, que não representam barreiras. Explica que durante muito tempo discutiam no
134 âmbito do CNIg, não havendo aparentemente oposição substantiva com relação à delegação e que o
135 caso era um intuito de pesquisar qual era o obstáculo normativo. Compreende que esse colegiado
136 pode claramente entrar contato com o Ministério afim de que ajuste a resolução e que as barreiras
137 de acesso a serviços públicos a direitos e a bens que são mediados por políticas públicas que são
138 claramente inconstitucionais, podem sensibilizá-los sobre a missão. Arrazoa que não estão sofrendo
139 o que alguns veículos de imprensa chamaram de uma invasão de imigrantes, pois ainda continuam
140 com os índices mais baixos da população da demografia migrante da história brasileira, comparada
141 com outros países. O Sr. Leonardo Sakamoto explana que a imprensa brasileira na verdade está
142 desesperada como consequência em parte e um participante pondera que entendeu que a explanação
143 da representante da Secretaria de Justiça de São Paulo, foi com relação à atuação do Ministério
144 Público do Trabalho e Ministério Público Federal para tentar junto ao Ministério do Trabalho a
145 modificação dessa resolução e buscar justamente mudar o entendimento com um tratamento
146 diferenciado entre migrantes e trabalhadores. O Sr. Valdinei de Arruda (Sindicato Nacional dos
147 Auditores Fiscais do Trabalho) discorre que o Mato Grosso também está tendo muita entrada de
148 imigrantes haitianos e que o órgão realizou um termo de cooperação com a Pastoral do Migrante
149 desenvolvendo uma parceria para tentar minimizar as condições do migrante haitiano, propondo aos
150 mesmos um conhecimento melhor da realidade brasileira, principalmente em relação à legislação, o
151 que permitiu trabalhar com o encaminhamento de mais de 1.500 haitianos para o mercado de
152 trabalho. Acredita que a maior dificuldade em se aproximar é colocar uma estrutura para poder

153 dialogar melhor com os haitianos e conseguir atrair as representações empresariais para poder
154 aproximar esse diálogo e outro problema são os africanos que estão entrando como haitianos. Um
155 participante saúda a Ministra e informa que está em uma oficina exatamente tratando sobre o tema
156 na escola superior do Ministério Público da União. Articula que o Ministério Público do Trabalho
157 sempre esteve junto com as outras entidades para somar esforços para a solução do problema. A
158 Ministra Ideli Salvatti relata que a facilidade com que um tema desta envergadura em um processo
159 político que está sendo vivenciada no Brasil nesse momento pré-eleitoral pode ser distorcido e
160 tomar uma proporção que não interessa a quem tem a responsabilidade de dar solução e acredita que
161 devem ter o bom senso de baixar a temperatura do debate, mas sem deixar de procurar soluções.
162 Compreende que seria fundamental ter um relato do CONATRAE, sugestões e encaminhamento
163 para as possíveis preocupações. Sugere possuir primeiro do CONATRAE um posicionamento mais
164 claro a respeito da realidade migratória e da tração de mercado de trabalho que o Brasil está
165 colocando em relação ao acolhimento, documentação, intermediação e fiscalização. A Ministra
166 deseja um bom trabalho a todos e se retira da reunião. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra intui
167 que as sugestões da Ministra foram bem aceitas por todos e sugere montar um grupo para elaborar a
168 minuta do texto para trabalhar a explicitação da realidade migratória do Brasil. A Sra. Juliana
169 afirma que passará o texto que foi minutado pelo Dr. Fábio e pelo Ministério Público do Trabalho
170 em São Paulo para servir como base para o texto que será elaborado. O Sr. José Armando Fraga
171 Diniz Guerra arrazoa que utilizaram o texto como base e que participará da elaboração junto com o
172 Sr. João, Sr. Sakamoto e Sra. Juliana. Segue para a apresentação do projeto de cooperação e
173 fortalecimento do combate ao trabalho escravo no Peru e Brasil. A Sra. Fabíola desculpa-se não ter
174 uma resposta pronta com relação ao que foi apresentado pela Sra. Juliana com relação à emissão da
175 carteira de trabalho e esclarece que é um tema que não está diretamente afetando a Divisão de
176 Fiscalização, porque possuem até rotinas emergenciais no caso de se encontrar trabalhadores
177 estrangeiros em situação análoga de escravo, mas se compromete em saber sobre a existência dessa
178 norma. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra antes da apresentação informa que recebeu um
179 documento da Comissão Pastoral da Terra consultando a CONATRAE e o GT Jurídico sobre
180 possibilidade de inserção no seguro desemprego de trabalhadores que acabam fugindo do local de
181 exploração do trabalho escravo e quando ao resgate, eles acabam não sendo incluídos. A Sra.
182 Elizabeth Fátima Flores (Comissão da Pastoral da Terra) articula que essa questão tem
183 incomodados muito a Comissão Pastoral da Terra, porque tem acolhido os denunciantes e os menos

184 estão ficando fora na hora do resgate. O Sr. Jonas comenta nas operações do Grupo Móvel não
185 costumam deixar o denunciante fora da planilha de cálculos para o empregador pagar e solicita a
186 Sra. Fabíola para ajudar para formular uma resposta para a questão. A Sra. Elizabeth Fátima Flores
187 pondera que são situações específicas, mas que necessita de uma padronização para que seja uma
188 norma geral. O Sr. Frederico sugere que antes de responder qualquer tipo de consulta jurídica desse
189 sentido, que aprovassem o Regimento Interno para que não ultrapassassem os limites estabelecidos
190 pelo Decreto. Com relação ao Regimento, o Sr. José Guerra ilustra que apresentaram nessa reunião
191 uma versão compilada a partir de todas as sugestões que foram recebidas e concorda que não podem
192 fazer nada oficial enquanto o Regimento não for aprovado, mas desde já podem colocar para
193 consulta para adiantar os trabalhos. O Sr. Luiz Machado (Coordenador do Programa de Combate ao
194 Trabalho Forçado/OIT Brasil) cumprimenta a todos e discorre que o projeto se iniciou em 2012
195 primeiro com reuniões e discussões com o governo brasileiro através da Agência Brasileira de
196 Cooperação, em que seus representantes visitaram varias instituições para colher as informações
197 que foram objeto do Termo de Cooperação entre a OIT e o Departamento de Trabalho dos Estados
198 Unidos, gerando o projeto. Explana que em julho de 2013 houve uma oficina de uma semana em
199 Brasília, com diversas instituições para construir conjuntamente todos os objetivos, os resultados
200 esperados, produtos esperados e atividades, além de indicadores de mensuração do impacto desse
201 projeto, que durará até o final de 2016. Postula que o objetivo do desenvolvimento os esforços para
202 erradicar o trabalho forçado consolidados no Brasil e no Peru e que os indicadores do projeto são: o
203 Brasil tem uma estratégia nacional para prevenção e assistência às vítimas; a porcentagem no
204 aumento de trabalhadores resgatados do trabalho forçado, incluídos CadÚnico do MDS; e o número
205 de trabalhadores no Peru estimados como vítimas de trabalho forçado nesses setores econômicos e
206 regiões priorizadas. O Sr. Luiz Machado arrazoa que o projeto possui cinco componentes: I – Maior
207 conhecimento sobre trabalho forçado entre os principais atores no Brasil; II - maior diálogo social e
208 capacidade institucional para a implementação de políticas públicas para erradicar o trabalho
209 forçado nos níveis nacional, estaduais no Brasil; III - maior engajamento do setor privado, das
210 organizações de empregadores no combate ao trabalho forçado no Brasil; IV - vulnerabilidade
211 socioeconômica dos grupos suscetíveis ao trabalho forçado reduzida na área de intervenção do
212 projeto; V - melhores políticas para combater o trabalho forçado no Peru. Informa que possuem
213 prevista uma oficina nos dia 15 e 16 de maio e discorre que todos os componentes possuem
214 resultados esperados e que vão trabalhar com quase todas as instituições que estão nessa reunião em

215 algum momento até o final de 2016 com uma previsão de extensão do projeto. O Sr. Ricardo
216 questiona se existem outros países da América Latina envolvidos de alguma forma nesse
217 acompanhamento da OIT. O Sr. Luiz Machado responde que no projeto não, mas esclarece que no
218 último produto que é o mecanismo de cooperação construído deixou em aberto no acordo de
219 cooperação a possibilidade de adesão de outros países. Compreende que todos devem ter o convite
220 para o lançamento do novo relatório global da OIT que vai ocorrer em Brasília sobre os dados
221 econômicos do trabalho forçado e explana que nas estimativas da OIT de 2005, o lucro do tráfico de
222 trabalho forçado gera em torno de US\$ 32 bilhões por ano. Relata que esses dados serão
223 reapresentados em uma nova estimativa, já adiantando que serão muito maiores do que os números
224 de quase 10 anos. A Sra. Juliana indaga se dentro do projeto que está sendo criado pode ser
225 utilizado para melhorar a questão da cooperação de informação. O Sr. Luiz Machado ilustra que já
226 possuem algumas atividades de cooperação, mas estão conversando com a ABC e com os
227 representantes da área de cooperação Sul-Sul sobre uma visita de prospecção com os membros da
228 CONATRAE ao Peru para entenderem melhor quais são as demandas do país, os interesses e
229 verificar as possíveis trocas de experiência para a construção dessa cooperação. Acrescenta que
230 dentro do projeto há atividades específicas de intercâmbio também de boas práticas com a previsão
231 de visita de oficiais do Peru ao Brasil e do Brasil ao Peru. A Sra. Roseni questiona com relação à
232 data da oficina e o Sr. Luiz Machado esclarece que a oficina será realizada nos dias 15 e 16 de
233 maio, no Hotel Manhattan e acrescenta que o lançamento oficial do relatório e do projeto será no
234 TST nos dia 20 de maio à tarde e 21 pela manhã. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra afirma
235 que reencaminhará os convites para todos os participantes e a Sra. Roseni indaga como está sendo
236 pensada a participação dos membros da CONATRAE no todo o processo de desenvolvimento e de
237 acompanhamento e se está sendo pensada alguma ação voltada ao Estado de origem de
238 trabalhadores migrantes que normalmente são aliciados para o trabalho escravo. O Sr. Luiz
239 Machado elucida que possuem a previsão de fazer atualizações do andamento do projeto que pode
240 ser combinado com a Coordenação de ser talvez de seis em seis meses e que, existe a previsão de
241 criar uma subcomissão, um grupo de trabalho e contar com uma consultoria para o desenvolvimento
242 da plataforma. Com relação a trabalhar com o Estado de origem do imigrante, explica que existem
243 algumas ações previstas, mas nada muito focado por haver problemas sociais. O Sr. José Guerra
244 agradece ao Sr. Luiz Machado e ao Sra. Antônio Carlos pela contribuição e segue para o penúltimo
245 item de pauta. Reitera que todos os participantes receberam a versão compilada com as sugestões

246 que foram aceitas e foram trazidas ao Regimento em sua versão que foi apresentada na última
247 reunião. Pondera que essa versão já foi apresentada em caráter inicial a Consultoria Jurídica do
248 Ministério para início do processo de preparação da Portaria, embora haja possibilidade de
249 modificação ainda e que gostaria que fossem mandadas as últimas contribuições para que seja feita
250 aprovação na próxima reunião para que possam fazer o acompanhamento do projeto de uma forma
251 formalizada. Explica que o Regimento que foi aprovado antes, foi aprovado com a prévia de um
252 Decreto que estava na Casa Civil com a modificação da composição da CONATRAE de nove para
253 12 representantes de cada setor, mas por diversas situações não foi assinada pela Presidenta Dilma e
254 arrazoa que diante essa situação, a sugestão é que se faça a Portaria de Regimento Interno com a
255 formação original do Decreto de 31 de junho de 2013 e quando o processo do Decreto da Casa Civil
256 for assinado, seja elaborada uma Portaria Ministerial para atualizar. Um participante questiona qual
257 será o prazo para manifestação contra o Regimento apresentado e qual razão não foi atendida a
258 solicitação da CNA com relação aos encaminhamentos. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra
259 comenta que fará a resposta ponto a ponto e encaminhará a todos e um participante sugere que as
260 pautas sejam enviadas com antecedência para pudessem se preparar sobre os assuntos e solicita a
261 degravação da última reunião para conferência. O Sr. Raul (Divisão de Fiscalização do Trabalho
262 Portuário e Aquaviário) cumprimenta a todos e postula que desde 2006, com a publicação da
263 Resolução Normativa 71 do CNIg, do Conselho Nacional de Imigração, estão fiscalizando
264 embarcações de cruzeiros nas temporadas brasileiras. Articula que essa Resolução Normativa
265 estabeleceu uma cota de brasileiros a bordo das embarcações, de 25%, mas as embarcações
266 possuem bandeiras de conveniência, sendo que os contratos a bordo pelo direito marítimo a
267 princípio estariam vinculados à bandeira, então não seriam contratos pela CLT. A partir da demanda
268 da CONATRAE foi formado um grupo de trabalho e a própria SIT internamente iniciou a
269 desenvolver um estudo relacionado às condições de trabalho e como seria essa abordagem durante a
270 operação. Informa que no dia 15 iniciaram os trabalhos a bordo no Terminal de Passageiros em
271 Santos, no Concais e que, o resgate foi feito no dia 1º de abril de 11 tripulantes que foram
272 encontrados em situação análoga a escravidão. Mostra algumas fotos da operação e discorre que a
273 operação de resgate foi realizada em seis navios, incluindo MSC Magnífica, em que foram
274 identificados: jornadas de 11 a 16 horas, período de descanso fragmentando, assédio e má qualidade
275 de alimentação. O Sr. Raul pondera que foi elaborada uma Nota Técnica da SIT sobre a questão da
276 jornada e que, com a Copa do Mundo haverá outros navios e por isso precisam unir outros órgãos

277 em torno desse tema para combater esse tipo de situação. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra
278 pontua que a denúncia chegou como uma violação aos direitos humanos, mas acabou se tornando
279 uma denúncia de trabalho escravo a partir das análises dos fatos que foram encontrados na primeira
280 operação no dia 15 e 16 de março e relata que essa tentativa de ação integrada para a fiscalização de
281 condições de trabalho em navios de cruzeiro foi uma situação que aconteceu pela primeira na
282 temporada e que abre um espaço de reflexão e de tentativa de ação. Um participante informa que na
283 Itália tem um grupo de pesquisa que fazem estudos sobre o trabalho forçado do chinês na Itália e
284 também na Marinha Mercante. O Sr. Osvaldo informa que a partir de 1º de junho estará disponível
285 na internet com base em um aplicativo chamado *Business Intelligence* para análise completa da
286 atuação do Ministério Público Federal e propõe que seja refletido com relação à questão da não
287 realização do TAC nas fiscalizações quando há flagrante. Um participante explica que apesar de
288 saber que o indivíduo pode responder uma ação judicial por dano moral coletivo, o TAC é aceito e
289 outro participante ilustra que existe uma pequena parcela que pratica o crime contra os direitos
290 humanos e crime contra a concorrência e que estão buscando o diálogo para pagarem esses
291 trabalhadores. O Sr. Osvaldo pondera que quer que o CONATRAE pense nessa situação e entende
292 que as pessoas apenas fazem um acordo se não forem presas. O Sr. José Armando Fraga Diniz
293 Guerra crê que quando houver um acúmulo de fiscalizações com a participação do Ministério
294 Público Federal terão uma noção melhor da situação e a Sra. Juliana explana que com relação ao
295 assunto anterior, gostaria que fosse tratado no âmbito do GT Jurídico e que pudessem ser
296 promovidas algumas mesas de diálogos que fossem abertas ao público. Com relação à operação
297 apresentada do resgate do cruzeiro, ressalta a importância do empenho de cada uma das
298 organizações que estiveram envolvidas. O Sr. Raul destaca que foi um trabalho do Estado Brasileiro
299 no porto e esclarece que esses trabalhadores resgatados para a fiscalização são trabalhadores da
300 hotelaria, pois para ser aquaviários precisa ter uma carteira de habilitação para poder conduzir a
301 embarcação. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra segue para os informes finais e o Sr.
302 Frederico informa que terá que realizar uma retificação no jogo do trabalho escravo e coloca-se a
303 disposição novamente da SINAIT para a solução do problema no oeste baiano. O Sr. José Armando
304 Fraga Diniz Guerra explana que era um evento inicial do SINAIT, passou a ser um evento da
305 Superintendência local Regional do Trabalho e Emprego, depois entrou possibilidade de agenda do
306 Ministro do Trabalho, não definindo as datas, mas esclarece que reiterou tanto para a
307 Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, a Dra. Isa, quanto para o SINATI da

308 disponibilidade tanto da CNA, quanto das entidades locais. Um participante comunica que foi
309 confirmado pela Agenda do Ministro que dia 16 de maio haverá uma Audiência Pública para tratar
310 desse assunto, dentre outros. O Sr. Elias convida a Comissão para o Seminário nos dias 13, 14 e 15
311 de maio para discutir sobre o combate da informalidade, saúde e segurança, trabalho escravo,
312 mulheres e juventude no trabalho rural. O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra relata que pode
313 participar do dia 14 de manhã ou à tarde. Um participante arrazoza que a discussão no Seminário
314 sobre trabalho escravo e a informalidade acontecerá no dia 14 de manhã, das 8h30 às 12h. Um
315 membro da reunião informa que a Associação dos Magistrados do trabalho da 2ª Região, São Paulo,
316 através da Diretoria de Direitos Humanos, promoverá no dia 16 de maio um Seminário no TRT
317 sobre trabalho escravo e imigração. O Sr. José Guerra comunica que a próxima reunião está
318 marcada para dia 13 de maio e lembra que divulgaram um dos produtos sobre um questionário de
319 atuação e de procedimentos dentro da CONATRAE para que todos respondam.
320 **ENCERRAMENTO:** O Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra agradece a presença de todos e
321 encerra a reunião.

322

323

José Armando Fraga Diniz Guerra

324

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

Brasília - DF

338

Abril de 2014.